

FRIBASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
CNPJ 11.346.061/0001-21
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024.

Desde já nos colocamos a inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

Recife, 28 de maio de 2025.

EDSON ALVES DOS SANTOS:61272167453

Assinado de forma digital por
EDSON ALVES DOS
SANTOS:61272167453
Dados: 2025.05.28 15:28:31 -03'00'

Edson Alves dos Santos
CPF 612.721.674-53
Diretor Executivo

FRIBASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
 CNPJ 11.346.061/0001-21
 EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR
 BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2024
 (Valores expressos em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Notas explicativas	2023	2024
<u>CIRCULANTE</u>			
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Realizável a longo prazo:			
Investimentos	4	11.633.679	11.633.679
Total do não circulante		11.633.679	11.633.679
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>11.633.679</u>	<u>11.633.679</u>

<u>PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Notas explicativas	2023	2024
<u>CIRCULANTE</u>			
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	5	42.832.445	42.832.445
Débitos a pagar a acionistas	6	20.061.997	20.061.997
Obrigações fiscais e tributárias		1.374.121	1.374.121
Obrigações sociais e trabalhistas		724.724	724.724
Debêntures - Ampliação		1.023.285	1.023.285
Debêntures - Projeto original		3.397.778	3.397.778
Total do não circulante		69.414.350	69.414.350
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	11		
Capital social		130.936.585	130.936.585
Reservas de capital		1	1
Reserva de reavaliação		6.080.510	6.080.510
Reservas de lucros		1.413.283	1.413.283
Prejuízos acumulados		(196.211.050)	(196.211.050)
Total do patrimônio líquido		(57.780.671)	(57.780.671)
<u>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>11.633.679</u>	<u>11.633.679</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Recife, 15 de maio de 2025.

EDSON ALVES DOS
 SANTOS:61272167453

Assinado de forma digital por
 EDSON ALVES DOS
 SANTOS:61272167453
 Dados: 2025.05.28 14:33:46 -03'00'

Edson Alves dos Santos
 CPF 612.721.674-53
 Diretor Executivo

MARIA DO SOCORRO SOUZA
 DE OLIVEIRA:19878540472

Assinado de forma digital por MARIA
 DO SOCORRO SOUZA DE
 OLIVEIRA:19878540472
 Dados: 2025.05.28 14:37:51 -03'00'

Maria do Socorro Souza de Oliveira
 CPF 198.785.404-72
 Contadora CRC PE 013996/O-8

FRIBASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ 11.346.061/0001-21
EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2024
(Valores expressos em reais - R\$)

	2023	2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	-	-
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	-
PREJUÍZO BRUTO	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Outras despesas	-	-
Outras receitas	-	-
Total	-	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-	-
RESULTADO FINANCEIRO		
Receita financeira	-	-
Despesa financeira	-	-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	-	-
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	-	-
Variações e correção monetária	-	-
Correção monetária balanço	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Recife, 15 de maio de 2025.

EDSON ALVES DOS SANTOS:61272167453
3

Edson Alves dos Santos
CPF 612.721.674-53
Diretor Executivo

MARIA DO SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA:19878540472

Maria do Socorro Souza de Oliveira
CPF 198.785.404-72
Contadora CRC PE 013996/O-8

FRIBASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ 11.346.061/0001-21

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2024
(Valores expressos em reais - R\$)

	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados
		Reserva de capital	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	130.936.585	1	1.338.799	74.484	(196.211.050)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	130.936.585	1	1.338.799	74.484	(196.211.050)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EDSON ALVES DOS SANTOS:61 272 167 453
Assinado de forma digital por EDSON ALVES DOS SANTOS:61272167453-0300'
Dados: 2025.05.28 14:35:33

Edson Alves dos Santos
CPF 612.721.674-53
Diretor Executivo

Recife, 15 de maio de 2025.

MARIA DO SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA:19878540472
Assinado de forma digital por MARIA DO SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA:19878540472
Dados: 2025.05.28 14:37:02-0300'

Maria do Socorro Souza de Oliveira
CPF 198.785.404-72
Contadora CRC PE 013996/O-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fribasa Indústria e Comércio S.A. é uma Companhia Anônima, com sede na Rua Padre Carapuço, nº 858, 6º e 7º andares do Edifício Cícero Dias Tower, no Bairro de Boa Viagem, CEP 51020-280, em Recife-PE.

A Companhia tem por objeto o abate de bovinos, a frigorificação, a industrialização e a comercialização, nacional e internacional, de carnes e seus produtos e subprodutos derivados, assim como os demais resíduos de valor econômico, podendo participar do capital de outras Companhias como acionista, sócia ou quotista, ainda que estas tenham ou não idêntico objeto social, mediante deliberação da diretoria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Demonstração dos fluxos de caixa

Devido a Companhia não ter tido movimentação na conta de caixa e equivalentes, não foram elaboradas as demonstrações dos fluxos de caixa.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir:

3.1. Base de elaboração e moeda funcional

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "Moeda Funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2024.

3.3. Instrumentos financeiros

São contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma empresa e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra. Sua apresentação nas demonstrações contábeis e notas explicativas se dá conforme a característica de cada contrato.

3.3.1. Ativos financeiros:

São reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e classificados com base nas características de seus fluxos de caixa e no modelo de gestão para o ativo.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros está demonstrada a seguir:

Custo amortizado:

Mensuração inicial: Contas a receber de clientes e outros recebíveis: valor faturado ajustado a valor presente e, quando aplicável, deduzidas as perdas de crédito esperadas.

Para outros ativos: Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão.

Mensuração subsequente: Juros, variações no custo amortizado e perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.

Valor justo por meio do resultado (VJR):

Mensuração inicial: valor justo

Mensuração subsequente: variações no valor justo reconhecidas no resultado

Valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):

Mensuração inicial: Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão

Mensuração subsequente: variações no valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando da liquidação ou transferência, os ganhos ou perdas acumuladas são diretamente reclassificados à conta de Lucros acumulados. Para instrumentos de dívida, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas diretamente no resultado. A Companhia avalia a cada ano as perdas de crédito esperadas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados ao VJORA. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no Resultado.

A Companhia não opera com nenhum instrumento financeiro dessa natureza.

Um ativo financeiro somente é desconhecido quando os direitos contratuais expiram ou são efetivamente transferidos.

Caixa e equivalentes de caixa: compreende os saldos de caixa, bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Perdas de crédito estimadas em Contas a receber de clientes e outros recebíveis: a Companhia realiza regularmente uma avaliação estudo de perdas históricas. Com base nessas avaliações são gerados fatores de perdas estimadas por carteira e classe de vencimentos que, aplicados sobre os montantes de contas a receber, geram as perdas de crédito esperadas.

Método de juros efetivos:

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem, mas não se limitam a: a) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros e do principal; c) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; d) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber de clientes, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas ao resultado. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

3.3.2. Passivos financeiros:

São contabilizados no momento em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial é pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado considerando o método dos juros efetivos.

Um passivo financeiro somente é baixado quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada.

3.3.3. Baixa de ativos e passivos financeiros:

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa

provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência nem retenção substancial de todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas existir o controle do ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos setores que terá que pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

3.3.4. Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

3.4. Imobilizado

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizadas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.6.1. Reconhecimento de receita

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de mercadorias, quando há, líquido dos tributos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais o controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, e é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia.

3.6.2. Receita financeira

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.7. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As principais estimativas utilizadas se referem à contabilização de perdas de títulos vencidos de clientes, estoques, depreciação e amortização.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base no resultado contábil, mediante a aplicação da alíquota de presunção do lucro presumido de 32%. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

3.9. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Atualmente os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis ("CPC"), são as seguintes:

- Risco sacado (alterações no CPC 03 e CPC 40);
- Passivos não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações no CPC 26);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

Não é esperado impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia com essas mudanças.

4. INVESTIMENTOS

Correspondem em 2024 a participações em outras sociedades.

5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Se referem a empréstimos e financiamentos em instituições financeiras de curto e longo prazo.

6. DÉBITOS A PAGAR A ACIONISTAS

É composto de créditos dos acionistas Raimundo Carlos Bradley Alves e Francisco Bradley Alves, atualmente no valor total de R\$ 20.061.997,00.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Alterações do Capital Social conforme deliberações das Assembleias Gerais realizadas nas respectivas datas:

Em 15/01/1997 o Capital Social foi aumentado com reservas de reavaliação no valor de R\$ 20.061.990,00, passando de R\$ 7.079.378,21 para R\$ 27.141.368,21.

Em 20/03/1997 foi retificado o valor da reavaliação anterior, provocando um novo aumento do Capital Social em R\$ 25.165.955,00, passando de R\$ 27.141.368,21 para R\$ 52.307.323,21.

Em 09/06/1997 foi realizada a capitalização da Reserva de Correção Monetária do Capital de R\$ 78.028.704,00 e da Reserva de Isenção de Imposto de Renda de R\$ 600.558,00, totalizando R\$ 78.629.262,00, passando o Capital Social de R\$ 52.307.323,21 para R\$ 130.936.585,21

b) Prejuízos

No exercício social encerrado em 31/12/2002 a sociedade teve seu parque industrial adjudicado em razão de decisão da Justiça do Trabalho em Barreiras/BA, conforme Processo 111660-33.1994.5.05.0661, cuja baixa do Ativo Imobilizado provocou a redução do Patrimônio Líquido de R\$ 684.162,00 para o valor negativo de - R\$ 57.780.671,00.

8. AUTORIZAÇÃO PARA A CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 13 de dezembro de 2024, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

Recife, 15 de maio de 2025.

EDSON ALVES DOS
SANTOS:61272167453

Assinado de forma digital por
EDSON ALVES DOS
SANTOS:61272167453
Dados: 2025.05.28 14:40:16 -03'00'

Edson Alves dos Santos
CPF 612.721.674-53
Diretor Executivo

MARIA DO SOCORRO
SOUZA DE
OLIVEIRA:19878540472

Assinado de forma digital por
MARIA DO SOCORRO SOUZA DE
OLIVEIRA:19878540472
Dados: 2025.05.28 14:40:54 -03'00'

Maria do Socorro Souza de Oliveira
CPF 98.785.404-72
Contadora CRC PE 013996/O-8